

A IMPORTÂNCIA DE UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL

Fabício Robson de Oliveira e Victória Antonia Salomão

*Universidade Presidente Antônio Carlos e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
(PPGCPol/UFPel)*

Grupo Segurança e Defesa (CEDEPEM)

INTRODUÇÃO

Se na dimensão global, o Atlântico Sul tem papel secundário, no âmbito regional e nacional, sua importância econômica e geopolítica é fundamental para o Brasil. Entretanto, a maioria das Marinhas e Guardas-Costeiras dos países limítrofes ao Atlântico Sul não estão equipadas e preparadas para garantir a soberania nas suas águas jurisdicionais e o nosso país não é diferente.

A partir desse aspecto, o presente trabalho, com análise documental, histórica e de políticas públicas, propõe-se a avaliar a forma como o Estado brasileiro trabalha a segurança de suas águas jurisdicionais, que de acordo com a Lei 13123 de 2015 são: águas marítimas abrangidas por uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro; as águas marítimas abrangidas por uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir o Mar Territorial, que constituem a Zona Econômica Exclusiva; as águas sobrejacentes à Plataforma Continental, quando esta ultrapassar os limites da Zona Econômica Exclusiva e as águas interiores, compostas de hidrovias interiores, assim consideradas rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras e áreas marítimas consideradas abrigadas.

Nesse sentido, considera-se a Política Nacional de Defesa e respectiva Estratégia Nacional, que aquela prevê, e a necessidade de um Planejamento Estratégico Marinho, que para que seja eficaz e eficiente necessita de uma série de programas e iniciativas intersetoriais

ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO, ATLÂNTICO SUL E FAIXAS DE FRONTEIRA BRASILEIRA

O entorno estratégico brasileiro conta com fronteiras terrestres e marítimas e a proposta da presente pesquisa é avaliar a importância das faixas de fronteira com o Atlântico para se pensar uma estratégia nacional de defesa. O monitoramento para a segurança marítima brasileira é relevante por diversas razões, principalmente em função dos pontos variados de riscos das áreas de meio ambiente, comércio, segurança, pontos estratégicos, Direitos Humanos e de soberania nacional. A área marítima acarreta para o país a possibilidade de ameaças internas e externas, como imigração ilegal e frotas internacionais próximas à zona brasileira e arquipélagos. Atlântico Sul é de interesse brasileiro e é parte compreendida entre o paralelo 16°N, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste da Antilhas Menores, excluindo-se o Mar do Caribe.

Para o Brasil, ele importa em termos de estratégia nacional porque 80% da população habita a até 200 km do litoral e porque a área litorânea inclui 17 Estados e 13 Capitais. Em termos econômicos, o Brasil conta com produção de petróleo com cerca de 82% proveniente do mar. Conforme dados de 2017 da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 67% das reservas totais de gás natural estão localizadas no mar. A área marítima conta com mais de 140 plataformas de petróleo. Outro ponto é a localização dos três arquipélagos estratégicos: Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Arquipélago de Fernando de Noronha e Arquipélago Trindade e Martim Vaz.

SEGURANÇA MARÍTIMA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MARINHO

Na literatura selecionada para o presente artigo, a Segurança Marítima engloba principalmente a noção de *maritime security*, isto é, de proteção contra atos criminosos intencionalmente praticados no Mar. O conceito está concentrado em requisitos operacionais de cunho militar, cuja responsabilidade condiz à ação dos Estados (FELDT; ROELL; THIELLE, 2013).

Desta forma, reveste-se de importante precaução por parte da sociedade, como um todo, em relação a possíveis desejos financeiros (recursos naturais) dos demais países. Além disso, a passagem de inúmeras rotas aéreas na área do Atlântico Sul torna o monitoramento, por meio do CINDACTA (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), um trabalho de grande demanda, como na área em que o Brasil é responsável por atuar nos trabalhos de Busca e Salvamento (SAR – *Safe and Rescue*), que ultrapassa os

limites da Amazônia Azul. A fiscalização e monitoramento de territórios marítimos é uma atividade que necessita de muita tecnologia embarcada em seus meios.

Diante dessa contextualização, tem-se no Planejamento Espacial Marinho (PEM) um instrumento público, multissetorial, de aspecto operacional e jurídico, indispensável para garantir a regência e a soberania da Amazônia Azul. Observa-se na Estratégia Nacional de Defesa (END), formalizada em 2008, por meio do Decreto Nº 6.703 e atualizada em 2016, a diretriz quanto à implementação do PEM. Ademais, entende-se que, de forma sustentável, resultará em ações que vão contribuir para que as metas do ODS 14 da Agenda 2030 possam ser atingidas.

No que se refere à agenda governamental, a manutenção do PEM é um dos objetivos do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártida do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2020 a 2023, o primeiro passo para se prever e, posteriormente, prover recursos orçamentários para sua efetivação, não apenas no âmbito do Ministério da Defesa (MD), a qual compete a coordenação do mesmo, mas por ser um programa multissetorial sob a ótica de um instrumento de política pública capaz de somar, impulsionar, fazer crescer esse PIB do Mar brasileiro. Contudo, cabe ressaltar que nesse programa específico, há envolvimento de muitos outros Ministérios, componentes da chamada Comissão Ministerial para os Recursos do Mar (CIRM), onde ao Comando da Marinha (MB) compete a função de coordenação da SECIRM (Secretaria da CIRM), e onde diversos bancos de dados marinhos, fundamentais à implementação do PEM, ainda carecem de um entendimento de objetivo comum, típico de um processo de maturidade das organizações, públicas em especial. Desta forma, reitera-se quão imprescindível se torna o apoio mútuo de que cada Ministério, em especial no financiamento de políticas públicas voltadas para o ambiente marinho, como o ocorrido para os subsídios ao PPA 2020-2023, com recursos orçamentários necessários, por exemplo, para a disponibilização de seus bancos de dados de informações do ambiente marinho e costeiro.

Além disso, há diferentes programas, entre eles o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) que investe na expansão da força naval e no desenvolvimento da indústria da defesa. Neste ponto, em específico, a END estabeleceu que o Brasil deveria buscar uma “força naval de envergadura”, incluindo um submarino com propulsão nuclear, para além dos submarinos de propulsão convencionais. Por resultado, há que se registrar que o PROSUB está provendo à indústria brasileira da defesa um grande avanço em conhecimento da tecnologia nuclear de ponta. Outro projeto de destaque é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), iniciado em 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, há necessidade de incrementar estratégias de cooperação regional no Atlântico Sul, para sua segurança, uma vez que os desafios que impõem são de natureza transnacional. Entretanto, mais do que importância regional, ele tem relevância nacional e um alto custo ao desenvolvimento brasileiro. Avaliando essa realidade, o presente artigo se propôs a traçar, em linhas gerais, os programas nacionais em curso pela defesa do mar brasileiro. Mostrou-se de suma urgência a implementação de um programa de Planejamento Espacial Marinho para defesa do Atlântico Sul, com motivos para investimento na defesa da Zona Marítima Brasileira, incentivo financeiro governamental e o cumprimento de programas de aquisições e construções na área de defesa. Observa-se, pois, que PEM tem por propósito, dentre outros pontos, a promoção e geração de divisas e de empregos, sendo necessária a segurança jurídica aos meios participantes, referente às atividades econômicas desenvolvidas no ambiente marinho e costeiro, respeitada a salvaguarda de interesses estratégicos, ambientais e de Defesa Nacional.

REFERÊNCIAS

- FELDT, Lutz; ROELL, Peter; THIELE, Ralph D. Maritime Security – Perspectives for a Comprehensive Approach. ISPSW Strategy Series: Focus on Defense and International Security. **The Institute for Strategic, Political, Security and Economic Consultant**, n. 222, 2013, p. 1-25.
- SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Geopolítica Brasil-África: A Dimensão do Atlântico Sul**. Aracaju: Editora UFS, 2013. p. 195-224.